



CBH-PARAPEBA

1 Ata da 30ª (Trigésima) Reunião Extraordinária do Comttitê da 2 Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

3
4
5 Aos dias 19 de dezembro de 2022, através da plataforma Microsoft Teams, aconteceu a 30ª
6 Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. Deu início a reunião, como Presidente
7 em exercício, Fúlvio Rodriguez Simão, que agradeceu a presença de todos. Estiveram
8 presentes na reunião: Ubaldina Maria da Costa - IBAMA, Vítório Alves Freitas - EMATER-
9 MG, Lauro Batista Tuler – IEF, Maria de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM, Allan de
10 Oliveira Mota - IGAM, Luciane Linces dos Santos - ARSAE-MG, Fúlvio Rodriguez Simão -
11 EPAMIG, Carolina Lobello Lorensini - SEAPA, Rosa Maria Cruz Laender Costa - FEAM,
12 Leonardo Gomes Lara - Prefeitura Municipal de Betim, Weber Coutinho - Prefeitura
13 Municipal de Ibitité, Vanildo de Paula de Souza Hichon - Prefeitura Municipal de São
14 Joaquim de Bicas, Rafaela Lages Lima - Prefeitura Municipal de Caetanópolis, Libério
15 Aparecido de Abreu - Prefeitura Municipal de Papagaios, Natália de Vasconcelos Soares
16 Aleixo - Prefeitura Municipal de Jeceaba, Francisco de Assis Gonzaga da Silva - Prefeitura
17 Municipal de Ouro Preto, Marina Amaral - Prefeitura Municipal de Rio Manso, Alessandro
18 Palhares - COPASA, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Deivid
19 Lucas de Oliveira - FIEMG, Gésica Carolina Teixeira da Silva - CEDRO TEXTIL, André Paulo
20 Becker - Petrobrás, Guilherme da Silva Oliveira - FAEMG, Renato Júnio Constâncio -
21 Horizontes Energia S.A., Vanessa Cardoso Buzzi - Vale S.A., Simone Alvarenga Borja
22 Bottrel - ARCA AMASERRA, Gabriel Faria Nogueira – CREA-MG, Adilson Ramos de Souza
23 – SINDÁGUA, Sérgio Gustavo Resende Leal - FONASC, Cléverson Ulisses Vidigal -
24 FONASC, Winston Caetano de Souza - Veredas e Cerrados, José Antônio da Cunha Melo -
25 ABES e Heleno Maia Santos Marques do Nascimento – IHMBio. O auxiliar administrativo
26 efetuou a verificação do quórum que foi de 25 conselheiros, no momento da instalação da
27 reunião. Devido a ausência do presidente, foi decidido que o secretário adjunto presidiria a
28 reunião, devido ao fato de que o secretário, Heleno Maia, não poderia presidir a reunião. O
29 presidente em exercício deu início a reunião, como primeiro ponto de pauta: **Apresentação,**
30 **discussão e votação da ata da 29ª Reunião Extraordinária.** O presidente, Fúlvio
31 Rodriguez Simão, colocou em discussão a referida ata, não havendo nenhuma
32 manifestação. Diante disso, ele a colocou em votação para aprovação, tendo sido aprovada
33 por maioria dos votos; os conselheiros Heleno Maia e Francisco de Assis Gonzaga da Silva,
34 manifestaram abstenção ao voto. Como segundo ponto de pauta, o presidente em exercício
35 deu início ao segundo ponto de pauta: **Apresentação, discussão e deliberação do**
36 **calendário de reuniões 2023.** O presidente, Fúlvio Rodriguez Simão, destacou a
37 importância da aprovação da deliberação e que em outros comitês é feito dessa forma, como
38 padrão, demonstrando que as reuniões estão dispostas nas datas de **22/02, 26/04, 28/06,**
39 **23/08, 25/10 e 20/12.** Houve breve debate acerca do tema, sendo questionado o fato de não
40 haver na redação da minuta original a informação de local e horário das reuniões. Foi
41 pontuado que, da mesma forma que foi discutido na aprovação do calendário do ano vigente
42 em que, a respeito de local e horário, seriam as reuniões virtuais as 9 horas da manhã, mas
43 que em caso de alteração, esta seria informada na convocação para a reunião. O
44 conselheiro Guilherme da Silva Oliveira destacou, que em seu ponto de vista, é importante a
45 definição do horário para uma melhor organização de agenda, destacando que a facilidade
46 das reuniões virtuais, que ajudaram na melhoria do quórum. O Presidente Fúlvio, sugeriu a
47 seguinte redação de texto: *“Art. 3º Sempre que possível, as reuniões ocorrerão*
48 *preferencialmente de forma virtual, sempre as 9:00 h., mas quando for possível ter reuniões*



CBH-PARAPEBA

49 *itinerantes a ser definido pela plenária em reunião anterior.*” O conselheiro Francisco de
50 Assis, destacou a importância da intolerância no baixo, no médio e no alto Paraopeba,
51 destacando como exemplo outro comitê, que determinou previamente as datas das reuniões
52 presenciais e reuniões na modalidade híbrida, para os que tivessem dificuldade em participar
53 de forma presencial; destacando a importância da itinerantes que os conselheiros possam
54 ver em campo, como as coisas estão. Em seguida, a conselheira Vanessa Buzzi, que
55 destacou a importância das reuniões presenciais para que os conselheiros possam ter mais
56 contato uns com os outros e com as demandas da bacia, na questão do horário, destacando
57 que, devido a contagem de conselheiros para quórum, que as reuniões não iniciam as
58 09:00h, sugerindo que primeira chamada fosse as 08:30h, para que as reunião comece as
59 09:00h, destacando a dificuldade que alguns tem de estar presentes e que muitas vezes há
60 uma demora, demonstrando que sua sugestão visa começar os trabalhos as 09:00h. O
61 conselheiro André Paulo Becker destacou que, por estar se encerrando as inscrições do
62 processo eleitoral do CBH, que alguns componentes seriam alterados e que, da forma como
63 está escrito, que concorda com a itinerância e com as reuniões presenciais, destacando a
64 necessidade de um calendário mais afirmativo. O conselheiro Winston Caetano de Souza
65 destacou concordar com o que foi dito anteriormente, a pontuou a necessidade de começar
66 a ser aplicado o regimento, no que tange as faltas, pois há toda uma mobilização para se
67 estar presente nas reuniões. O secretário do comitê, Heleno Maia, pediu a palavra. Destacou
68 ser importante manter a reunião, no horário das 09:00h, conforme todos já estão
69 acostumados, mas que em relação as reuniões serem presenciais ou virtuais, destacou
70 haver alguma prefeituras que estão efetuando decretos, referentes a covid-19, proibindo
71 reuniões presenciais. Diante disso, que seria interessante aguardar após o carnaval de 2023,
72 para verificar como as coisas estarão para se efetuar marcações presenciais. Sem mais o
73 que discutir, o presidente em exercício, declarou a deliberação aprovada, com a inserção do
74 **“Art. 3º** Sempre que possível, as reuniões ocorrerão preferencialmente de forma virtual,
75 sempre as 9:00 h., mas quando for possível ter reuniões itinerantes a ser definido pela
76 plenária em reunião anterior.” e as datas que haviam sido previamente indicadas. Como
77 próximo ponto de pauta **Apresentação, discussão e aprovação da Deliberação do**
78 **enquadramento dos Corpos de Agua para a Bacia Hidrografica do rio Paraopeba.** O
79 senhor Leonardo Mitre, iniciou a apresentação do plano de enquadramento, uma
80 apresentação mais objetiva para os conselheiros do comitê. Após a apresentação feita pelo
81 senhor Leonardo, o presidente em exercício agradeceu ao Leonardo pela apresentação, o
82 conselheiro Allan Motta, que se apresentou, e em seguida esclareceu aos presentes acerca
83 do processo de aprovação do enquadramento dos corpos d’água. Esclareceu que seriam
84 duas votações a serem feitas: A primeira seria a escolha da alternativa, se a escolhida será
85 a alternativa apresentada pela Engecorps ou se a alternativa anterior, a da década de 1990.
86 Esclareceu que após a escolha da alternativa, que seria votada a aprovação da alternativa,
87 aprovando a Deliberação Normativa de Aprovação do Enquadramento. Informou ainda que o
88 passo seguinte seria o encaminhamento da Deliberação ao Conselho Nacional de Recursos
89 Hídricos, para aprovação pelos membros do conselho. Destacou ao final de sua fala que a
90 escolha da alternativa demandaria aprovação por no mínimo 2/3 (dois terços) do comitê, e
91 que como o quórum para aprovação estava bem apertado, que os conselheiros procurassem
92 esclarecer suas duvidas naquele momento dos debates; se colocando a disposição para
93 auxilio nos esclarecimentos. A conselheira Vanessa Buzzi pediu a palavras, primeiramente
94 parabenizando a apresentação e o trabalho feito pela Engecorps na pessoa do sr. Leonardo
95 Mitre, em seguida esclareceu a importância do que foi apresentado e que, devido a outro
96 ponto de pauta, solicitado pelo conselheiro Winston Caetano, que estavam presentes na
97 reunião uma equipe de saneamento. A conselheira apresentou uma dúvida, questionando se



CBH-PARAÓPEBA

98 caso a alternativa dois fosse a escolhida, se isso significaria “deixar as coisas como
99 estavam”. O senhor Leonardo Mitre esclareceu que a visão da conselheira estava correta, ou
100 seja, em caso não sendo escolhida a alternativa um, permanecia o formato do
101 enquadramento como já estava. Destacando que este enquadramento havia sido
102 implementado há trinta anos e que não foi devidamente seguido; que haveria um custo mais
103 elevado para se aplicar esta alternativa, mas que o principal era um dificultador que se trata
104 de regiões classe especial, nos quais, nos dias atuais, existem cidades, existem
105 comunidades, e que não se pode fazer lançamentos devido ao fato de se haver classe
106 especial no trecho da bacia; ou ter que lançar a jusante ou ter de grandes alternativas de
107 reuso. O conselheiro Francisco de Assis questionou acerca do quórum para a referida
108 aprovação, sendo informado que seriam necessários 24 (vinte e quatro) conselheiros. A
109 conselheira Maria de Lourdes afirmou já haver quórum, reforçando serem 24 (vinte e quatro)
110 o número mínimo de conselheiros para aprovação do enquadramento, tendo sido feita,
111 mesmo durante a apresentação do sr. Leonardo Mitre, uma mobilização para que houvesse
112 o referido quórum. O conselheiro Francisco de Assis reforçou sua dúvida, questionando se
113 deveriam ter 24 (vinte e quatro) conselheiros votantes ou se 24 (vinte e quatro) escolhendo a
114 alternativa um. O conselheiro Allan Mota, para esclarecimentos leu a legislação, conforme a
115 Deliberação Normativa Conjunta Copam/Cerh, a revisão referida necessitará da aprovação
116 de 2/3 dos votos para aprovação da alternativa um, não havendo 2/3, permanece a
117 alternativa dois. O conselheiro, após esclarecer sua dúvida, ponderou acerca do que estava
118 sendo proposto, haja visto que o financiador, que foi o CBH São Francisco, do qual este
119 também faz parte. Destacando que no encontro de comitês, que ocorreu em Penedo, houve
120 demonstração de preocupação acerca do que acontece no Alto Paraopeba, que interfere no
121 Médio e no Baixo; justificando seu posicionamento. A conselheira Simone Botrell pediu a
122 palavra, e questionou se na aprovação da alternativa um, se não estariam aprovando o Rio
123 Paraopeba mais poluído. O senhor Leonardo Mitre iniciou dizendo que não, usando como
124 referência uma imagem que estava sendo compartilhada no slide, demonstrando que, em
125 relação a situação atual do rio, que seriam feitas ações para melhorias na qualidade da água
126 do rio. Destacando que em qualquer uma das duas alternativas, há propostas de melhorias.
127 Em seguida o conselheiro Allan Motta, destacou que nenhum enquadramento iria propor
128 piora na qualidade da água, que é importante diferenciar a qualidade da água e a classe de
129 enquadramento, pois podem ser coisas muito diferentes, destacando que a classe se refere
130 a qualidade da água que se deseja manter em determinado trecho em um determinado
131 horizonte, logo se pode planejar o que será executado para melhorar ou manter a qualidade
132 da água. Argumentou ainda que em nenhum momento a proposta indica alguma região que
133 está com classe um, que se torne classe dois, por exemplo. A diferença é que em alguns
134 casos na alternativa um se propõe um esforço para se alcançar, em alguns pontos a classe
135 dois e na alternativa dois se propõe alcançar classe um; daí a questão é se os recursos
136 serão suficientes para atingir o que está sendo proposto neste caso, para fazer essa
137 adequação. O conselheiro José Antonio Melo questionou se primeiro conforme a leitura que
138 foi feita, que precisaria de 2/3 de todos os de todos os membros do comitê e não dos
139 presentes. O presidente em exercício confirmou que seria necessário 2/3 membros do
140 comitê e não dos presentes. O conselheiro José Antonio Melo então prosseguiu dizendo que
141 a observação que ele queria fazer era de que na realidade a classificação leva em
142 consideração também evidentemente, o que que a capacidade do curso d'água, no caso de
143 de retirar a água para uso, de qualquer natureza e para receber rejeito de esgoto, de
144 qualquer natureza, que é preciso que se leva em consideração a capacidade, que esse
145 curso de água tem em oferecer isso, se a não fizer uma avaliação mais precisa disso no
146 momento da presente, não tem que ser necessariamente classe um, fica um pouco mais



CBH-PARAÓPEBA

147 confortável no sentido de se tomar uma decisão, embora está um pouco longe da realidade,
148 mas se ele tem no curso da água, se ele tem capacidade de permitir o melhor uso sem
149 comprometer a qualidade final é preciso de fazer um equilíbrio entre o uso econômico e o
150 uso social, de boa vontade, de boa intenção até mas que está congelado um pouco
151 deslocado da realidade. O presidente então passou a palavra para o conselheiro Gabriel
152 Reis, que questionou se não haveria um embate, um problema com o CERH, que deveria
153 provar alguma coisa para que não ficasse dessa forma, de maneira irreal porque quando
154 você tá colocando a classe um especial, nós tínhamos que mantém isso e não é bem
155 realidade, que foi votado alguma coisa no CERH que a gente pudesse ter essa opção. O
156 conselheiro Alan Motta esclareceu que o conselho estadual votou e permitiu que o comitê
157 possa fazer essa avaliação, que se tiver justificativas possa mudar a classe um ou especial.
158 Diante disso, o conselheiro Gabriel Reis colocou como considerações o fato de que se fosse
159 escolhida a alternativas dois, que o estaríamos trabalhando fora da realidade, que a questão
160 não é “o que é melhor”, mas “o que é viável”; reforçando o entendimento de que o que, de
161 fato, está dentro da realidade, é a alternativa um. A conselheira Simone então questionou se
162 esse tempo não é muito longo para fazer uma decisão tão importante. Se seria possível o
163 plenário do comitê deliberar que o tempo seria cinco anos, e não vinte, na questão da
164 revisão desse enquadramento. O conselheiro Allan Motta esclareceu que o horizonte de
165 planejamento é vinte anos, mas a própria discussão já previu uma revisão de tempos em
166 tempos então já é normal você faça de cinco em cinco anos, ou de quatro em quatro anos
167 depende da capacidade, como no Paraopeba, em breve, haverá a cobrança e agência de
168 bacia já implantada, haverá condição de fazer isso mais rápido tá então durante o tempo já
169 vai se ajustando e as metas. Não havendo mais inscrições de fala, o presidente, colocou em
170 votação a alternativa a ser escolhida pelo comitê de forma nominal, sendo votado primeiro a
171 alternativa e posteriormente o enquadramento de forma geral. O conselheiro Allan Motta
172 solicitou ao Leonardo Mitre, que projetasse novamente o slide, para que ficasse claro qual
173 era a alternativa um, qual era a alternativa dois, custos e esforços a serem feitos em cada
174 uma das alternativas. o senhor Leonardo Mitre efetuou um breve resumos dos dados para os
175 conselheiros, destacando que a principais são os valores que não se tem como quantificar,
176 como reuso e lançamentos dos afluentes em trechos bem ajudantes, apontando que na
177 alternativa um eles poderão ser lançados e não alternativa dois, boa parte desses
178 lançamentos não poderão ser feitos, sendo assim mesmo tratado não poderá ser lançado,
179 devendo ser verificado alternativas de reutilizar este esgoto tratado, é isso o que influencia
180 no custo. O conselheiro Weber Coutinho pediu a palavra e questionou se o número de
181 membros que estavam presentes, se já seriam os 2/3 do comitê, se tem os 2/3 de votos ou
182 se estaria apertado para a plenária conseguir aprovar, se tem alguma pessoa que é
183 realmente contra a alternativa um, que é realmente um novo plano, para que se consiga
184 explicar realmente ao que tenha dúvida, no intuito de termos votos para aprovar um trabalho,
185 ganhar os votos necessários, porque a outra situação seria menos favorável para o que o
186 comitê está querendo desenvolver, de forma que realmente a gente precisaria provar a
187 melhor alternativa, que em sua opinião é a um. A conselheira Maria de Lourdes endossou a
188 fala do conselheiro Weber Coutinho, dizendo ser exatamente o que ela diria. O conselheiro
189 Francisco de Assis Gonzaga da Silva pediu a palavra e disse: *“o que eu vou falar que eu
190 acho que essa democracia extremamente constrangedora, não é assim que procede vou
191 externar aqui que a minha opinião pela alternativa [numero] dois, eu já expliquei o processo
192 democrático é conviver com o contraditório, e não vou deixar o meu entendimento ser
193 induzido de maneira alguma, já vi aqui, inclusive peço que conste ata, essa forma aí talvez
194 até coercitiva de conseguir a votação, não sei se foi essa intenção, tomara que não, mas eu
195 acho que o processo democrático é esse, ou então chegasse aqui apenas como alternativa*



CBH-PARAÓPEBA

196 *para ser apreciada eu mantém meu entendimento na [alternativa] dois, até porque o comitê*
197 *faltou com a parte dele, e instaurar cobrança e agora que vem os recursos a gente está se*
198 *amodelando aí de uma maneira talvez de enxergar a derrota de não termos executados aí*
199 *parâmetros que Já deviam ser executados há muito tempo, e aí eu acho que é uma*
200 *responsabilidade sim com a cabeceira de São Francisco a gente tem que ter essa*
201 *responsabilidade tem que ter investimento, pensar em recursos hídricos com toda a*
202 *importância que ele tem, o investimento ele deve ser de fato pensado com toda importância*
203 *que ele tem na cabeceira de uma das mais importantes bacias do Brasil, é isso e eu acho*
204 *lamentável essa forma de correção aí de voto. Democracia é conviver com contraditório.”* O
205 *conselheiro Weber Coutinho pediu para responder ao conselheiro Francisco de Assis, o*
206 *conselheiros afirmou que a sua fala não foi para pressionar ou não discutir o que está sendo*
207 *proposto, pois nem todo mundo entende de plano de enquadramento, de recursos, e nem*
208 *todo mundo sabe avalia bem a situação que nós temos saneamento no Brasil e também em*
209 *Minas Gerais; para aquelas pessoas que tiverem alguma dúvida pedi uma explicação, um*
210 *pouco mais de explicação, para que todas as pessoas entendam o que realmente é*
211 *possível fazer numa bacia, o conselheiro destacou sua experiência de vinte anos no comitê*
212 *da Bacia do Rio das Velhas, sempre acompanhando os trabalhos que foram feitos lá,*
213 *destacando então as dificuldades para recuperar uma bacia, principalmente com a instalação*
214 *dos equipamentos nos municípios, também na parte de agricultura, o uso de produtos que*
215 *se usa químicos, anuiu que conseguiu uma evolução bastante interessante que possibilitou*
216 *vislumbrar tudo, e também explicar sobre os custos cobranças, recursos hídricos, não é tão*
217 *alto ou tão suficiente para se aplicar, resolver os problemas de todas a bacia, mas a*
218 *alternativa é fundamental para que a gente consiga iniciar implementação dos planos, sobre*
219 *a fala do conselheiro Francisco de Assis, o conselheiro Weber Coutinho disse, da forma*
220 *como o conselheiro falou, que alguém não quer a democracia, “O que é o mais torci esse*
221 *ano foi pela nossa democracia, pela discussão daqueles pontos e que as pessoas optassem*
222 *pelo que ela acha melhor, isso aí então, para você, não precisa não existe mais discussão,*
223 *se você já disse que você acha melhor, você que pressionou aí para sua situação, para os*
224 *demais os demais que tiverem alguma dúvida ainda, que seja esclarecido de forma bem*
225 *clara...” e por fim pediu desculpas, caso o conselheiro tivesse realmente compreendido que*
226 *ele estava fazendo o trabalho de ditadura. O conselheiro Francisco de Assis, em resposta*
227 *ao conselheiro Weber Coutinho, disse: “falou antes de mim dizendo que eu disse, que você*
228 *disse, que era a forma ditadura; não você recolocou seu pensamento agora completamente.*
229 *Você não tinha falado em dúvida, você disse assim “se alguém está votando contra a*
230 *alternativa um, vamos tentar então mudar esse voto isso”, é coerção, foi isso que eu quis*
231 *colocar. Não tô dizendo que você ditador, não, a minha luta também é pela democracia, eu*
232 *faço parte do [Rio das] Velhas, não há vinte anos, tenho pouco menos [tempo] que você,*
233 *mas desde então tô fazendo parto faz parte de [Rio] São Francisco, faço parte do [Rio] Doce.*
234 *Estamos aqui na luta também pelos recursos hídricos com entendimentos diferentes, que é*
235 *passível da liberdade democrática, que eu também lutei muito nessas últimas eleições.*
236 *Então é o meu entendimento, como você disse, é esse. Eu só espero que seja respeitado*
237 *assim como eu respeito o seu e que no fundo, a gente possa ter ganhos para bacia que vem*
238 *sendo explorada e pessimamente explorada ao longo de anos”. O presidente da seção,*
239 *Fúlvio Simão Rodriguez, anuiu seu posicionamento, como membro da diretoria, presidindo a*
240 *reunião, apenas de dar o devido espaço de manifestação a todos os conselheiros. A*
241 *conselheira Ubaldina Isaac, pediu a palavra e manifestou uma dúvida: Qual é a extensão do*
242 *curso d'água que está como classe um e quantos municípios que abrange? O senhor*
243 *Leonardo Mitre afirmou não haver como precisar, haja visto ter muitos trechos da bacia com*
244 *essa classificação. O conselheiro Allan Mota pediu a palavra, no intuito de elucidar a*



CBH-PARAÓPEBA

245 conselheira Ubaldina e aos demais conselheiros, por meio de informações, afirmando que
246 nesse enquadramento anterior, da década de 1990, tinha um artigo que era bem
247 complicado, que dizia que os trechos não mencionados na deliberação normativa recebem a
248 classe de onde deságua, na época alguns trechos principais foram enquadrados, por
249 exemplo da classe um, todos os trechos que desaguavam nesse trecho principal, também
250 receberam a o enquadramento classe um, ou seja, foi enquadradas grandes microbacias ou
251 pequenas partes foram enquadradas por tabela, sem uma análise, sem uma avaliação dos
252 usos, sem uma avaliação, sem uma variação da legislação. O que é possível, o que não é
253 possível, essa é a dificuldade de você mensurar por métodos contra os trechos são, porque
254 enquanto, praticamente tudo, por tabela, sem uma análise mais criteriosa do que poderia ser
255 nessas áreas, então por isso a dificuldade, o grande ponto que o Leonardo Mitre está
256 colocando e nós temos um recurso mensurado para se atingir a classe dois que é
257 alternativa um, nós temos um recurso mensurável até em certa parte para se atingir a classe
258 um como estava no enquadramento da década de 1990, além desse recurso que foi
259 possivelmente um recurso que não é possível estimar, nesse momento, porque depende
260 essas características do reuso que, cada município vai ter que trabalhar o seu, que cada
261 empresa tem um trabalho, um esforço muito maior, que não é possível se chegar num valor
262 atualmente, mas que só por se tratar desse tema a gente sabe que é um valor alto sim, vai
263 ter que ser desempenhado um valor alto. Após considerações de alguns conselheiros, o
264 presidente iniciou a votação de forma nominal. Os conselheiros votaram da seguinte forma:
265 Ubaldina Maria da Costa Isaac, IBAMA, votou na alternativa dois, Vitório Alves Freitas,
266 EMATER-MG, votou na alternativa um, Lauro Batista Tuler, IEF, votou na alternativa um,
267 Maria de Lourdes Amaral Nascimento, IGAM, votou na alternativa um, Luciane Linces dos
268 Santos, ARSAE-MG, votou na alternativa um, Fúlvio Rodriguez Simão, EPAMIG, votou na
269 alternativa um, Rosa Maria Cruz Laender Costa, FEAM, votou na alternativa um, Leonardo
270 Gomes Lara, Prefeitura Municipal de Betim, votou na alternativa um, Weber Coutinho,
271 Prefeitura Municipal de Ibirité, votou na alternativa um, Vanildo de Paula de Souza Hichon,
272 Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas, votou na alternativa um, Rafaela Lages Lima,
273 Prefeitura Municipal de Caetanópolis, votou na alternativa um, Libério Aparecido de Abreu,
274 Prefeitura Municipal de Papagaios, votou na alternativa um, Natália de Vasconcelos Soares
275 Aleixo, Prefeitura Municipal de Jeceaba, votou na alternativa um; Alessandro Palhares,
276 COPASA, votou na alternativa um, Deivid Lucas de Oliveira, FIEMG, votou na alternativa
277 um, André Paulo Becker, Petrobrás, votou na alternativa um, Guilherme da Silva Oliveira,
278 FAEMG, votou na alternativa um, Renato Júnio Constâncio, Horizontes Energia S.A., votou
279 na alternativa um, Vanessa Cardoso Buzzi, Vale S.A., votou na alternativa um, Simone
280 Alvarenga Borja Bottrel, ARCA AMASERRA, votou alternativa dois, Gabriel Faria Nogueira,
281 CREA-MG, votou alternativa um, Adilson Ramos de Souza, SINDÁGUA, votou alternativa
282 dois, Sérgio Gustavo Resende Leal, FONASC, votou alternativa dois, Winston Caetano de
283 Souza, Veredas e Cerrados, votou alternativa um, José Antônio da Cunha Melo, ABES,
284 votou alternativa um, Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, IHMBio, não votou;
285 totalizando vinte e um votos na alternativa um e quatro na alternativa dois. Seguindo a
286 deliberação normativa, o conselheiro Allan Motta esclareceu que, nesta votação foi escolhida
287 a alternativa, ou seja, com o resultado ficou mantida da alternativa dois, devido não ter obtido
288 o mínimo de vinte e quatro votos, os 2/3 dos votos dentre os conselheiros. Sendo assim a
289 alternativa vigente, ou seja, a alternativa dois, ficou como alternativa de enquadramento e
290 esclareceu ainda que, para a aprovação do enquadramento, seria aprovado em votação
291 simples. O conselheiro Gabriel Reis questionou se futuramente essa classificação pode ser
292 mudada. O conselheiro Allan Motta esclareceu que pode ser mudada futuramente, desde que
293 seja observada a metodologia para tal e o procedimento para alteração do enquadramento.



CBH-PARAOPEBA

294 O conselheiro Gabriel Reis questionou a forma como foi colocada a situação de aprovação,
295 demonstrando ter 2/3 dos membros do comitê votando ou se realmente seriam 2/3 dos
296 membros do comitê votando na mesma alternativa, diante de todo o trabalho feito, recursos
297 gastos, reuniões e debates feitos. O conselheiro Francisco de Assis pediu “questão de
298 ordem” e lembrou que a votação já havia sido feita e estava encerrada. O secretário do
299 comitê, Heleno Maia, pediu a palavra em meio ao debate e solicitou pedido de vista ao
300 processo. O conselheiro Francisco de Assis levantou uma questão de ordem, não
301 concordando com o pedido de vista, visto que já havia encerrado a votação. O presidente
302 então solicitou apoio aos conselheiros representantes do IGAM, para informar como
303 proceder. O conselheiro Allan Mota esclareceu que o que foi votado foi a escolha da
304 alternativa, que a pauta que estava sendo tratada era “Apresentação, discussão e aprovação
305 da Deliberação do enquadramento dos Corpos de Agua para a Bacia Hidrografica do rio
306 Paraopeba.” Sendo assim o pedido do secretário pode ser atendido. O conselheiros
307 Francisco de Assis pediu uma questão de ordem: *“eu peço para constar em ata então a fala
308 do Alan, determinando que a alternativa já foi votada e que a vista foi no sentido do
309 enquadramento, destaca-se inclusive que no início da plenária, foi dada a oportunidade do
310 secretário presidir os trabalhos e [foi] passado ao senhor a possibilidade de um pedido de
311 Presidência uma vez que ele tinha compromisso então que se registre em ata.”* O secretário
312 do comitê então pediu questão de ordem dizendo: *“quando formos solicitado para presidir a
313 reunião, solicitado não, era regimentalmente para eu presidir a reunião, eu disse que eu não
314 ficaria até o fim da reunião, a reunião não acabou tivemos dois pontos falta ainda para ser
315 discutido, então eu tenho prerrogativa de querer presidir ou não querer presidir. Até mesmo
316 porque a minha função é de secretário e não o de presidente, então eu não vou admitir que
317 conselheiro nenhum queira colocar regras na minha na minha condução dentro do comitê,
318 então eu peço que me respeite, assim como respeito todos os conselhos desse comitê. É
319 um direito, é um direito está pedindo vista, é uma matéria de que veio do Estado e não é
320 uma matéria que partiu daqui do comitê, então eu tenho esse tipo de direito de vista no
321 procedimento para avaliar conselheiro, o conselheiro Francisco não sabe nem qual o será ou
322 qual seria o meu voto e está questionando essa questão. Eu também não sei qual que foi o
323 voto dele, por que eu não estava, tinha a minha conexão, vou avaliar o processo de acordo
324 com o meu entendimento, que voltará ao plenário para julgamento [e] para decidir de acordo
325 com o meu relato de vista, ficará decidido de forma democrática. Então eu exijo e digo o
326 seguinte, que não aceito que conselheiro queira colocar regras e regras na minha condução
327 dentro do comitê.”* O conselheiro Francisco Assis reafirmou que apenas estava solicitando
328 que se constasse em ata o que aconteceu. Alessandro Palhares - COPASA, Gabriel Maciel
329 dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda e Simone Alvarenga Borja Bottrel - ARCA
330 AMASERRA, aproveitaram para, assim como o secretário, pedir vista em conjunto ao
331 processo. A conselheira Vanessa Buzzi, pediu a palavra, questionando ao conselheiro Alan
332 Motta, que esclarecesse o que significaria votar “sim” ou “não”, pois mesmo a pauta tendo
333 sido pedido vista, poderia ser esclarecido aos conselheiros do CBH, visando uma escolha
334 mais consciente na próxima reunião. O conselheiro Alessandro pediu a palavra, antes que o
335 conselheiro Alan Motta respondesse a conselheira Vanessa, colocando como duvidas
336 complementares as seguintes explicações, como a alternativa [numero] dois também
337 representaria uma mudança, se esta também não precisaria de 2/3 para ser aprovada e se a
338 votação do enquadramento é que não teria a necessidade de 2/3 dos conselheiros para ser
339 aprovada. o conselheiro Allan Motta, projetou e leu com os conselheiros a DELIBERAÇÃO
340 NORMATIVA CONJUNTA COPAM-CERH N°7, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022, destacando
341 o que está escrito no §5º – A revisão referida no § 2º necessitará da aprovação de 2/3 (dois
342 terços) dos votos dos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica.” O que fazia do



CBH-PARAPEBA

343 questionamento do Alessandro pertinente, já que a norma está se referindo que é a
344 aprovação do enquadramento como um todo, a alternativa ela, a deliberação, não menciona
345 a necessidade dos 2/3, observando que, sendo escolhida a mudança da classe um para
346 classe dois, e na votação não tiver os 2/3, então ela não será aprovada. O conselheiro Alan
347 Motta solicitou ao auxiliar administrativo, Judson, que projetasse a chamada com a votação,
348 para se contar os votos. Enquanto isso o conselheiro Francisco de Assis efetuou um pedido
349 de manifestação jurídica a respeito, visto que, em seu entendimento, as coisas foram
350 mudando de entendimento no decorrer da reunião, que o próprio Alan tinha um
351 entendimento e diante do questionamento do Alessandro, mudou o entendimento; então
352 solicitou manifestação jurídica para segurança do procedimento. O conselheiro Alan
353 destacou que, diante disso, as coisas não mudariam, que contariam os votos, foi feito pedido
354 de vista antes da aprovação do enquadramento e todos os questionamentos poderão ser
355 feito. O secretário, Heleno Maia, pediu para constar em ata que, devido a falta de energia
356 onde se encontra, sua conexão com a internet caiu e que, diante disso, não votou na
357 questão da alternativa. O auxiliar administrativo projetou a chamada, com a votação e, em
358 seguida, demonstrou que houve vinte e um votos para a alternativa um e quatro para
359 alternativa dois. Após essa conferência para registro, o conselheiro Alan Motta, sugeriu ao
360 conselheiro Francisco de Assis, que também solicitasse pedido de vista, a fim dele fazer
361 também uma avaliação do processo. O conselheiro recusou efetuar o pedido de vista,
362 apenas reforçando que o seu objetivo era o de que se promulgasse o resultado com
363 segurança. O conselheiro Alan Motta, respondendo ao questionamento anterior, da
364 conselheira Vanessa Buzzi, sobre os próximos passos. Na próxima reunião serão
365 apresentados os relatórios dos pedidos de vista, discutidos e sanadas as dúvidas, retorna
366 para votação para aprovação do enquadramento. A conselheira Vanessa, ainda reforçou seu
367 questionamento sobre o que de fato aconteceria, pois para aprovação do enquadramento
368 seria necessário 2/3 dos votos em consenso. O conselheiro Alan Motta esclareceu que, para
369 aprovação do enquadramento serão necessários vinte e quatro votos, caso não havendo
370 vinte e quatro voto aprovando o enquadramento, fica vigente o enquadramento atual, da
371 década de 1990. A conselheira Vanessa Buzzi questionou sobre o que estava sendo deixado
372 para a próxima reunião, pois da forma como estava sendo posto, não estava, em seu
373 entendimento, claro se a votação da alternativa precisava de 2/3 dos conselheiros ou se
374 votada a alternativa, a aprovação do enquadramento necessitava de 2/3 dos conselheiros. O
375 conselheiro Allan Mota, argumentou que, diante do questionamento feito pelo conselheiro
376 Alessandro, destacando que a votação feita foi válida, mas que há uma dúvida, pois havia
377 vinte e cinco conselheiros votantes, vinte e um votaram na alternativa um e quatro na
378 alternativa [numero] dois, mas há de se esclarecer se os 2/3 são para aprovar a alternativa,
379 para aprovar o enquadramento ou ambos. Se for para se aprovar a alternativa, está mantida
380 a alternativa dois, caso não sendo necessário 2/3 para aprovação da alternativa, estará
381 aprovada a alternativa um, sendo que este esclarecimento jurídico será apresentado na
382 próxima reunião. Em seguida o presidente, Fúlvio Rodriguez Simão, passou para o próximo
383 ponto de pauta: **Assuntos Gerais**. Havendo sido solicitado pelo conselheiro Winston
384 Caetano de Souza, acerca de uma represa, que está sendo licenciada na calha do Ribeirão
385 Cedro, junto aos municípios de Cartanópolis e Paraopeba. O conselheiro solicitou que fosse
386 inserido na convocação o tema, mencionou que o IEF já estava trabalhando licenciamento e
387 que o objetivo era saber exatamente sobre a construção da represa, para o abastecimento da
388 região, lembrando que houve um longo período de estiagem muito prolongada em 2021,
389 tendo na ocasião sendo necessário vários caminhões para fazer o atendimento em vários
390 pontos dos municípios atingidos, sendo em virtude disso os seus questionamentos, se há
391 alguns estudos sobre a vazão do Ribeirão do Cedro ao longo desses anos. A conselheira



CBH-PARAÓPEBA

392 Vanessa Buzzi, primeiro agradeceu a iniciativa do conselheiro Winston Caetano, a respeito
393 de se trazer o tema para debate, destacando a importância de se ter esse tipo de
394 alinhamento com o comitê. Em seguida registou a presença da sra. Roberta Guimarães,
395 gerente de saneamento, que trata da compensação e da reparação, e a gerência dela trata
396 também de algumas questões relativas ao a Bacia do Velhas, destacando que ela pode
397 trazer alguns esclarecimentos e, caso ficasse faltando alguma coisa, que poderia ser tratado
398 novamente em um outro momento, com uma apresentação mais específica. A senhora
399 Roberta efetuou uma breve apresentação para os conselheiros. Após a apresentação e de
400 esclarecimentos, ainda em Assuntos Gerais, o presidente Fúlvio Rodriguez Simão,
401 apresentou uma moção, escrita e assinada pelo secretário do comitê, em agradecimento ao
402 excelente trabalho desenvolvido pelo auxiliar administrativo Judson Wesley Lopes de
403 Carvalho Junior, em apoio a diretoria do CBH Paraopeba, a moção foi colocada em votação
404 tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum assunto, o presidente em
405 exercício, Fúlvio Rodriguez Simão, encerrou a reunião, agradecendo a todos. A ata foi
406 lavrada por mim Judson Wesley Lopes de Carvalho Júnior que após ser enviada para os
407 conselheiros será aprovada na reunião seguinte. Betim, 19 de dezembro de 2022.

408
409
410
411
412
413
414
415
416
417
418
419



Ednard Barbosa de Almeida
CBH-Paraopeba
Presidente